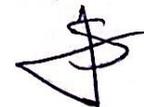


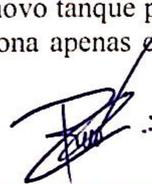
ATA N. 110 DA 15ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JI-PARANÁ

Ata da Sessão Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Ji-Paraná, realizada no dia 18 de março de 2021, às 17:00 horas, virtualmente pelo aplicativo Skype.

1 ATA NÚMERO 110 da 15ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE
2 SAÚDE DE JI-PARANÁ, iniciada às dezessete horas, após primeira convocação, ao décimo
3 oitavo dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, convocada através de
4 Ofícios/Circular Nº 044/2021/CMS-JP/RO, reuniu-se virtualmente pelo sistema skype, com a
5 manifestação dos seguintes Conselheiros: Robson Ferreira Pêgo (Maçonaria), Gilvani Aparecida
6 W. de O. Fares (UNIMED), Ilias Aparecido Cardoso (AADUS), Edí Semeão do Carmo
7 (DIOCESE), Francieli Carniel e Jussara da Silva Barcelos (COREN/RO), Fabiana da Rosa de
8 Oliveira Nink e Natalia Malasi Valejo (São Lucas), Ivo da Silva (SEMUSA), Jeferson de
9 Oliveira Salvi (UNIJIPA), Ronilce Rodrigues Reis (SEMED), Luciana Cristina Simões Ramalho
10 (CANÁA), Guilherme Cyro Sansaloni Ferreira (APAE), Izabel Soares Lopes de Oliveira
11 (FETRAGRO), Samielle C. C. Rodrigues e Sâmela T. Albuquerque Casula (CRF). Além dos
12 Conselheiros supracitados, estiveram presentes o Excelentíssimo Prefeito de Ji-Paraná, Isau
13 Fonseca, o Secretário de saúde Ivo da Silva e a Secretária de Assuntos Estratégicos Ana Maria
14 Santos. A reunião foi presidida pelo Conselheiro Robson Ferreira Pêgo, Presidente do CMS,
15 contando com o Primeiro secretário Jeferson Salvi, e a Vice-Presidente Luciana Ramalho.
16 Registra-se as presenças do Assessor Jurídico, Dr. Jacinto Dias, e da Secretária Executiva Thays
17 Gleina Ferreira Dias. Com a presença dos Senhores Conselheiros, o que será lançado no livro de
18 presença da 15ª (decima quinta) Reunião Extraordinária e havendo número legal em primeira
19 chamada, tendo no primeiro momento a presença de 13 (treze) Entidades com 16 (dezesseis)
20 Conselheiros, o Presidente cumprimentou a todos e fez a leitura da Convocação da Reunião
21 Extraordinária do dia dezoito de março de 2021. Após, explicou o motivo da reunião dada a
22 natureza do momento ímpar que a saúde do Brasil, e por extensão do Município de Ji-paraná,
23 está vivendo. Continuou, desse modo, justificando a transgressão ao artigo 23 do regimento
24 interno do CMS sobre o intervalo de convocação da Reunião Extraordinária e colocou em
25 votação. A realização da mesma foi aprovada por unanimidade dos Conselheiros presentes. A
26 Reunião continuou apresentando-se a pauta com os seguintes itens: 1.0-PRIMEIRO
27 EXPEDIENTE: 1.1-Ofícios recebidos: Ofício nº 066/GAB/SEMUSA/2021 – Assunto:
28 Solicitação de Reunião Extraordinária; Ofício 70/SEMUSA/2021 – Assunto: Resposta a
29 Comissão COVID – 19 Conselho Municipal de Saúde de Ji-Paraná; Ofício 72/SEMUSA/2021 –
30 Assunto: Resposta ao Ofício n. 046/2.021/CMS-JP/RO; 1.2-Ofícios enviados: Ofício n.
31 044/2.021/CMS-JP/RO – Circular de Convocação – Assunto: Convocação Reunião
32 Extraordinária; Ofício n. 046/2.021/CMS-JP/RO – Assunto: Informações para contratação de
33 UTI; 1.3- Contratação da prestação de serviços de leitos de UTI do Hospital Municipal
34 Claudionor Couto Ruriz, 2.0 – INFORMES. Após a leitura a pauta foi aprovada por todos os
35 presentes. Dando continuidade, o Presidente Robson Pêgo franqueou a palavra ao Exmo. Prefeito
36 para fazer as considerações sobre o assunto. O Prefeito agradeceu e prosseguiu ponderando sobre
37 a falta dos leitos de UTIs, no Município e no estado de Rondônia, que compromete de forma
38 direta a vida de todos. Disse que há a oportunidade de acionar 40 leitos de UTIs em Ji-Paraná e
39 instigou os Conselheiros a refletirem sobre o direito à vida humana, sobretudo aos Municípios da
40 Região Central de Rondônia. Finalizou agradecendo a presença de todos os Conselheiros na
41 Reunião Extraordinária e o posicionamento favorável do Secretário de Saúde do Estado,
42 Fernando Máximo, sobre a abertura dos leitos. O presidente do CMS juntamente com o Dr
43 Jacinto Dias, destacaram para o plenário que se tratava da primeira vez em que um Prefeito
44 participava de uma reunião do CMS. O Prefeito respondeu que se fará presente em outras
45 oportunidades. Passando para a ordem do dia, a palavra foi dada ao Secretário de Saúde Sr. Ivo
46 da Silva. O Secretário agradeceu a presença de todos e destacou a postura do Prefeito em querer



47 participar ativamente das decisões do Município, em especial das relacionadas ao combate da
48 pandemia. Continuou dizendo que teve uma reunião anterior com alguns membros do CMS para
49 esclarecer dúvidas em relação ao contrato e ressaltou o intuito da realização de uma gestão
50 transparente. O Prefeito fez uso da palavra novamente para destacar que houve essa
51 oportunidade de se colocar esses 40 leitos de UTI, sendo que parte dos custos será arcado pelo
52 Governo Federal e o restante de responsabilidade do Governo do Estado. O Município entrará
53 com uma contrapartida de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) a R\$ 300,00 (trezentos reais) r
54 por leito de UTI, sendo o contrato realizado por seis meses. Enfatizou que também haverá a
55 abertura de cerca de 50 leitos clínicos para assessorar a UTI, destacou a dificuldade da compra
56 de insumos e medicamentos e finalizou mencionando que a empresa em questão está
57 administrando mais de 100 leitos de UTIs em Chapecó (SC). A Secretária de Assuntos
58 Estratégicos fez uso da palavra e inicialmente pediu desculpas para CMS por não ter
59 encaminhado a proposta anteriormente, uma vez que, deixou-se levar pela ânsia em apresentar
60 resolutividade para a problemática da realidade da saúde. Continuou refletindo sobre a natureza
61 desse momento e afirmou que o planejamento realizado agora é de horas e não mais de dias,
62 dada a urgência de atender a demanda do nosso hospital que possui uma gestão municipal, mas
63 atende em torno de dezessete municípios e, além disso, o Hospital Cândido Rondon encontra-se
64 temporariamente de portas fechadas. O Presidente retornou à condução da reunião mencionando
65 que a Vice-Presidente, Conselheira Luciana, está à frente da Comissão especial da COVID-19 e
66 lhe oportunizou o uso da palavra. A Conselheira apresentou de forma resumida uma coletânea de
67 questionamentos e respostas para o melhor entendimento da plenária. 1) Existem 10 leitos de
68 UTI que não estão funcionando e a contratada em 10 dias passará a administrá-lo pelo custo
69 diário de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais); 2) 30 novos leitos de UTI serão instalados no
70 pavilhão da geriatria e administrados pela contratada pelo valor diário de R\$ 3.790,00, (três mil
71 setecentos e noventa reais) com R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) de contrapartida da união
72 e R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) do Estado, além dos aproximados R\$ 300,00 (trezentos
73 reais) do Município. O prazo estabelecido é de até 30 dias a partir da data de contratação; 3)
74 administração de 60 leitos de enfermaria, sendo que 54 leitos já existem no hospital municipal no
75 centro de enfrentamento da COVID. Havendo, desse modo, mais 6 leitos de enfermaria a serem
76 instalados no prazo anteriormente citado, com o custo de R\$ 1.250,00 (um mil duzentos e
77 cinquenta reais) por dia. Após esses apontamentos, a Secretária de Assuntos Estratégicos
78 corrigiu o prazo para 15 dias sobre a abertura dos novos leitos de UTI. A Conselheira Luciana
79 continuou afirmando que houve o entendimento de que o contrato só será pago a partir da
80 entrega e que o repasse financeiro será fiscalizado por uma comissão, sendo que, houve a
81 sugestão da participação efetiva *in loco* do CMS nesta, muito embora, esta função já seja uma
82 prerrogativa do CMS. A Vice-Presidente concluiu dizendo aos demais Conselheiros que a
83 população não poder ser vítima de funcionários que não exercem o seu papel como deveriam ou
84 de pessoas que buscam agir apenas por interesses próprios. Finalizou afirmando ser totalmente
85 favorável à terceirização dos serviços porque as pessoas que trabalharão serão fiscalizadas e se
86 não exercerem as suas funções poderão ser retiradas dos cargos. A palavra voltou para o
87 Presidente do CMS que leu o ofício nº 72 da SEMUSA de Ji-Paraná de 18 de março de 2021 em
88 resposta ao ofício nº 46 do CMS sobre a Informações para contratação de UTI. No chat a
89 Conselheira Jussara manifestou-se: *"Não sou favorável pela terceirização dos serviços de saúde,
90 devido a precarização que a mesma acarreta, porém, diante da gravidade da pandemia, não
91 temos alternativa. Entramos em colapso e todas as medidas para salvar vidas devem ser
92 apoiadas"* e a Conselheira Fabiana Nink fez uso da palavra para concordar com a Conselheira
93 Jussara e mencionou que agora alguns pontos ficaram claros, por isso é favorável dada a
94 emergência e gravidade da pandemia. Após a leitura, a palavra foi passada para o Conselheiro
95 Jeferson Salvi que questionou sobre a capacidade da usina de oxigênio, uma vez que, em
96 Reunião plenária anterior foi dito sobre a entrega da usina com uma peça defeituosa e que, por
97 isso, a mesma não supre a capacidade de encher os torpedos existentes. Concluiu perguntando se
98 a empresa a ser contratada vai utilizar a usina presente, vai melhorar a estrutura existente ou trará
99 uma outra alternativa para atender a nova demanda de consumo de oxigênio. O Sr. Prefeito
100 respondeu que a empresa trará técnicos e providenciará um novo tanque para ter um reservatório
101 de oxigênio. Continuou ponderando que hoje a usina funciona apenas com 15 ou 20% da sua



102 capacidade e, por isso, acredita que após a intervenção da contratada a usina atenderá a
103 expectativa. A palavra retornou ao Presidente do CMS que perguntou para o Secretário de Saúde
104 se os funcionários da limpeza que estão trabalhando serão redirecionados a outros setores de
105 saúde do Município. O Sr. Ivo afirmou que sim e que o planejamento é utilizá-los nas UBS e
106 também na UPA que está em fase de finalização. A Conselheira Luciana novamente fez uso da
107 palavra para perguntar sobre a situação dos funcionários que estão trabalhando como
108 plantonistas ou contratados de modo temporário, no intuito de saber sobre o destino e a
109 disponibilidade deles. A Sra. Ana Maria respondeu que o critério ficará à cargo da empresa
110 contratada, já que a mesma fará a gestão, e que acredita que o setor de relações humanas avaliará
111 os perfis profissionais. O Sr. Prefeito se manifestou endossando a resposta apresentada e
112 salientou que sobrarão profissionais para que haja uma folga e, desse modo, a UPA poderá ser
113 aberta mais prontamente. A Secretária de Assuntos Estratégicos completou que eles também
114 cobrirão o déficit de profissionais que está em trono dos 25% na atenção básica, dando agilidade
115 e qualidade nos atendimentos da saúde pública. No chat houve menções positivas pela aprovação
116 dos Conselheiros Jeferson Salvi, Fabiana Nink, Ilias, Franciele Carniel, Samielle Cristofari e
117 Guilherme. O Presidente Robson Pêgo passou a votação do expediente, porém, o Conselheiro
118 Edi Semeão se manifestou fazendo apontamentos sobre os 17 milhões anteriormente destinados
119 ao enfrentamento da COVID. O Conselheiro reforçou que já havia questionado a Secretária de
120 Saúde anterior, mas que não obteve resposta. Perguntou se a empresa a ser contratada já teve
121 experiência neste tipo de prestação de serviço e defendeu que o prazo de 6 meses é muito
122 pequeno, pois o "vírus não vai passar". O Presidente reforçou que o momento seria para a
123 apreciação da proposta pela plenária, mas que achava pertinente respondê-lo após a votação, uma
124 vez que, o Secretário de Saúde se fazia presente. Concluiu ressaltando que algumas respostas já
125 serão apresentadas via ofícios recebidos na próxima Reunião Ordinária e que acredita que nunca
126 houveram tantos ofícios respondidos na história do CMS. Novamente um resumo do contrato foi
127 ponderado pela Conselheira Luciana e apontamentos reafirmados pela Secretária de Assuntos
128 Estratégicos que mencionou que o nome da empresa é Ultramed Serviços Médicos LTDA que
129 está atuando em Chapecó (SC). O Conselheiro Robson Pego completou informando que o prazo
130 do contrato é de 180 dias e que a sede da empresa é em Várzea Grande (MT), registrou que
131 novamente apresenta-se essa síntese dada a urgência do momento e a necessidade de explanação
132 desses apontamentos. O Conselheiro Guilherme fez uso da palavra para dizer que se absteria do
133 voto por não ter ouvido a explicação inicial e que agora as dúvidas foram sanadas, manifestou
134 apoio por acreditar que a empresa realmente tem um contrato de risco com o município.
135 Seguindo com a votação houve a aprovação da proposta pela maioria dos conselheiros, 12 votos
136 favoráveis, com a abstenção do Conselheiro Edi Semeão. 3.0-INFORMES. Por se tratar de uma
137 Reunião Extraordinário não houve informes. O Presidente do CMS concluiu sobre a importância
138 do momento e do debate, bem como, agradeceu pelo atendimento ao chamado extraordinário.
139 Não havendo mais nada a ser tratado, às dezoito horas e trinta minutos, a reunião deu-se por
140 encerrada, da qual, para constar, eu, Jeferson de Oliveira Salvi, Primeiro Secretário do Conselho
141 Municipal de Saúde, lavrei a presente ata que, se aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente
142 e por mim. Ji-Paraná, décimo oitavo dia do mês de março de dois mil e vinte e um.

143
144
145


Robson Ferreira Pego
Presidente


Jeferson de Oliveira Salvi
1º Secretário